

ACOMPANHAMENTO DE SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA 25/04/2022
SESSÃO ASSISTIDA ON-LINE

<https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=VideoVer&ID=9&tpVideo=1&dtVideo=25/04/2022>

RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA SESSÃO: Altanir Schebeliski Virissimo de Oliveira

INÍCIO DA SESSÃO:

TÉRMINO DA SESSÃO:

PÚBLICO PRESENTE NAS GALERIAS DA CÂMARA: n/a

VEREADOR NO PLENÁRIO	ENTRADA	SAÍDA
MISSIONÁRIA ADRIANA (SOLIDARIEDADE)		
DANIEL MILLA (PSD)		
DIVO (PSD)		
EDE PIMENTEL (PSB)		AUSENCIA PARCIAL JUSTIFICADA
DR. ERICK (PSDB)		
PASTOR EZEQUIEL (AVANTE)		
FELIPE PASSOS (PSDB)		
FILIPE CHOCIAI (PV)		
GERALDO STOCCO (PSB)		
IZAIAS SALUSTIANO (PSB)		
JAIRTON DA FARMÁCIA (DEM)		
JOCE CANTO (PSC)		
DR. ZECA (PSL)		
JOSI DO COLETIVO (PSOL)		
JULIO KULLER (MDB)		
LEANDRO BIANCO (REPUBLICANOS)		
LÉO FARMACÊUTICO (PV)		
PAULO BALANSIN (PSD)		
CELSO CIESLAK (PRTB)		

Obs.: os Vereadores descritos acima constam conforme os parlamentares ativos que estão no site da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

VEREADORA JOCE CANTO (PSC): Comenta que a AMTT e o escândalo de recursos públicos cujo o escândalo foi feito por cargos comissionados indicados pela gestão anterior e que muitos desses cargos permanece no governo que é a continuação do anterior, que a prefeita se comporta como se chegasse agora mas faz parte dos governos municipais a 18 anos sempre exercendo posição de relevância, que a FUNEPO que foi chefiado por indicado em seus últimos anos e diz ter ocorrido coisas erradas que deve vir a público explicar pois foi responsável, o escândalo na CPS os últimos presidentes estão em seu governo na CPS sumiu mais de três milhões de reais, pelo menos é que está na auditoria feita pela controladoria geral do município e que a prefeita não divulgou, comenta que a prefeita sempre esteve fazendo parte do governo e participando da decisões importantes, comenta que a prefeita fez parte de todos os escândalos direta ou indiretamente, comenta que teve coisa errada na Prolar que foram feitas por cargos comissionados e que essa informação vem de um cargo em comissão em um acordo de não persecução penal na presença de um juiz promotor e outros, que o ex-diretor administrativo e presidente da Prolar dizendo ele que esteve no gabinete do secretário de administração Mauricio Silva com sua equipe e presença de seu filho para acertar a situação para que não houvesse mais escândalos, e que a senhora prefeita pretende se colocar como a justiceira que irá colocar a casa

em ordem, que fara a maior reforma, mas não é reforma mas tirar dinheiro para cobrir os furos causado nos cofres públicos que encontrou um gasto elevado com publicidade e propaganda com uma rapidez para empenhar e pagar as publicidades para que houvesse uma cobertura de proteção ao governo que não vê a mesma rapidez quando a questão é o atendimento das crianças e novamente a celeridade esta direcionada aos interesses do governo e não para os interesses públicos, que na quarta-feira foi empenhada mais de oitocentos mil reais em publicidade mas as crianças estavam sofrendo na UPA Santa Paula que prometeu que reabriria o PAI no HUMAIS e não teve serenidade para reabrir apenas para conseguir publicidade, comenta que a Câmara enquanto instituição fiscalizadora e o Ministério Público tem o dever de convocar a prefeita a cerca dessas peças publicitaria e seus respectivos conteúdos que fala sobre corrupção que na propaganda fica clara que houve coisas erradas na CPS na FUNEPO, AMTT e PROLAR então essa Casa e o Ministério Público tem o dever de vir explicar sobre essa questão da corrupção e explicar o que é essa corrupção nas peças publicitarias, pede a assinatura dos vereadores para um documento pedindo a abertura da CPI da CPS já que a prefeita fala em corrupção está pedindo assinatura para que se possa abrir a CPI da CPS para investigar as corrupções que estão na auditoria feita pela prefeitura que a prefeita não divulgou, concede parte a vereadora Josi do Coletivo (PSOL), comenta que precisam ressaltar a questão da CIDATEC e sobre o contrato ter sido vencido por essa empresa depois de um resultado tão robusto da CPI e que se reunirão para que a prefeita não levasse adiante o contrato e se defrontaram com a CIDATEC ganhando nova licitação, que precisam urgente de uma explicação pois a CIDATEC não poderia ter nem participado quem dirá vencido essa licitação, com a palavra novamente a vereadora Joce Canto (PSC), comenta que de fato precisam urgentemente abrir mais duas CPIs na casa, uma da Prolar e outra da CPS, para localizar os recursos financeiros que sumiram, que possuem a obrigação de fiscalizar.

VEREADOR LÉO FARMACÊUTICO (PV): Comenta que estão representando o povo e são os fiscais que devem levantar assuntos que venham favorecer a população de Ponta Grossa, que está a várias semanas e fara moção de apelo sobre os Postos de Saúde onde os farmacêuticos estão ficando no máximo até as três horas da tarde e quem precisa de medicamento após esse horário não consegue, que vera com o secretario sobre a possibilidade de estender os horários pois quando corta-se o horário é redução de gastos e que vê a grande dificuldade que os munícipes estão encontrando para conseguir as receitas dos remédios controlados, que vê esse final de semana um pronunciamento do secretário a respeito da falta de medicamento dos postos que é falta nos laboratórios e indústria que é normal esse processo na pos pandemia, mas devem cobrar para que a população não sofra, que recebem reclamações de pessoas que não conseguem a receita para comprar o medicamento, comenta que esteve na região do Itaiacoca e pode ver o estado das ruas e que está difícil a situação, que maquina quebrada e conversando com o secretario Bruno, tudo precisa de uma burocracia tremenda para que seja atendido o munícipe, comenta sobre o sofrimento da população do interior, comenta que ontem em visita ao Mata Queimada receberam a reclamação que o ônibus não está indo, que já fazem desde o início do ano que o ônibus não vai e nem todos tem carro que está providenciando para que possa sanar a dificuldade daquele povo, concede parte ao vereador Celso Cieslak (PRTB), comenta sobre os postos de saúde que não há receita por não haver médicos e os médicos ganham mais na iniciativa privada que na prefeitura, e nas ruas do interior deveria ter maquinas para ficar nesses locais, que compra as patrulas e está na hora de descentralizar, que a Secretaria de Agricultura tem uma patrola e que não adianta, que deve comprar patrulas e deixa nesses locais, com a palavra novamente o vereador Léo Farmacêutico (PV), comenta ver a grande dificuldade da Secretaria em poder atender, e ontem quando estava visitando viu a dificuldade e que não há condições de trafego.

VEREADOR FILIPE CHOCIAI (PV): Declinou a palavra.

VEREADOR PASTOR EZEQUIEL (AVANTE): Comenta que foi assinado esta manhã o consorcio para a ampliação do Aeroporto Santana e parabeniza todos os envolvidos no projeto e é um avanço para a cidade, e que a cidade continua em crescimento, comenta para que a imprensa ajudem sobre as pessoas que estão passando trotes para a Policia Militar e pelo pouco efetivo e tem gente notificando falsas informações sobre crimes e que nesse sábado várias viaturas se deslocaram para a região da Nova Rússia para dar atendimento a possível ocorrência de disparo de arma de fogo, que nessa situação deslocam-se várias viaturas, e não tinham nada, comenta que na BR teve acidente com vítima fatal o Terceiro Sargento Robson Miguel Souza de Lima

vítima do gravíssimo acidente envolvendo dois caminhões, o sargento era conhecido por toda a comunidade e era responsável pelo destacamento da cidade de Carambeí, comenta sobre na cidade de Guarapuava, onde utiliza do tempo de tribuna para fazer 1 minuto de silêncio em homenagem ao cabo Ricielli que estava na viatura que foi alvejada por criminosos na tentativa do mega assalto na cidade de Guarapuava, uma história de 30 anos de serviço, comenta que atras de um policial é um pai de família que jurou que sairia de casa mas não saberia se iria retornar, que toda a comunidade militar está de luto e vem homenagear a família e pedir que Deus conforte a família e todos os companheiros de farda que não negam esforços para estar combatendo a criminalidade, comenta que no Paraná tem muito mais pessoas de bem, e que a polícia está na rua 24 horas, que aconteça o que acontecer a polícia está na rua e comenta enorme tristeza pelo companheiro de farda que estava batalhando e defendendo a população.

VEREADOR JULIO KULLER (MDB): Declinou a palavra.

VEREADOR GERALDO STOCCO (PSB): Comenta sobre a extinção ou não da PROLAR, que a moradia é um direito fundamental, e hoje centenas de pessoas na cidade vivem em situações de risco, comenta que foram visitar a APACD e passaram uma família onde existe uma criança especial e mora em uma casa pequena e de chão batido que está na fila da PROLAR a anos e questiona sobre todos os investimentos que a prefeitura não investe mesmo existindo recursos e extinguir dessa forma não sabe se é a solução correta por ser algo extremamente importante para a cidade, comenta que tiveram episódios lamentáveis envolvendo a PROLAR e tiveram o GAECO na cidade e mais uma vez querem abafar e que acredita que a extinção não será a solução desses problemas, que a solução desses problemas seria o secretário hoje responsável pela PROLAR, ou até mesmo a prefeita vir e falar que a cidade planeja daqui a dois anos entregar um número de casas, mas vieram explicar motivos para extinguir, mas investir em moradia, olhar para quem mais precisa, quem está sofrendo, não fizeram, que receberam vários documentos e estão no aguardo de mais documentos, e por isso não votarão favoravelmente, mas tem informações que nos últimos 20 anos não foram gastos os 35 milhões de reais que a prefeitura fala, que tem documentações serias e que o Ministério Público está investigando isso também e que não estão confortáveis em votar hoje a extinção de algo tão importante para a cidade que diz respeito a moradia de quem mais precisa, comenta sobre ajudar as pessoas da cidade que mais precisam. Comenta sobre a CIDATEC e o ESTAR Digital da cidade, comenta ser favorável a transação do ESTAR Digital, porém a maneira mais uma vez fizeram um processo envolvendo uma empresa que está correndo com um processo judicial e tem sócios envolvidos no escândalo que teve vereador preso que a prefeitura hoje renovou o contrato, que no início falava que precisavam fazer alguma coisa, e que renovaram com a empresa causadora de rombos nos cofres públicos, comenta que sobe a Tribuna com muito respeito a cidade mas que sobre faculdades com acadêmicos capacitados para fazer o aplicativo, mas não são os próximos da prefeitura aí as coisas não acontecem, que tinham a oportunidade de fazer um aplicativo bom e questiona sobre o motivo de fazer com a empresa envolvida em um escândalo, que precisam fiscalizar e isso envolve o transporte coletivo, concede a palavra ao vereador Celso Cieslak (PRTB), comenta sobre a PROLAR que os novos condomínios já estão habilitados pela “Minha Casa, Minha Vida”, e é o mesmo valor de uma casa da PROLAR, sobre a CIDATEC foi uma licitação que ganharam e que tinha iniciado, que não seguiram o que estava na licitação e que acredita que essa licitação deveria ser extinta não deveria valer, que era para ser 4 carros, motorista, manutenção e combustível por parte da empresa, que na última hora antes de sair o Pregão foi tirado e tudo isso ficou por conta da prefeitura e que acha que a licitação foi ilegal, que haviam duas empresas concorrendo e a CIDATEC ganhou, que a mesma opera muito bem, com a palavra o vereador Geraldo Stocco (PSB), agradece a parte, comenta que realmente devem ver mecanismos jurídicos para não deixar que a licitação vá para frente da CIDATEC para que a cidade não saia perdendo, comenta que estará conversando com o jurídico e precisam de uma atitude.

VEREADOR IZAIAS SALUSTIANO (PSB): Comenta sobre situações que já vivenciaram especialmente a partir do meio do ano de 2021, que tiveram uma CPI e chegaram a um relatório final conclusivo, que a CPI investigou não apenas o contrato da CIDATEC e do Grupo DF sistem com a extinta AMTT, mas também com alguns procedimentos licitatórios e dispensa de licitação da própria PROLAR, que ao longo do trabalho da CPI foi feita algumas recomendações ao executivo entre as recomendações era que rescindisse o contrato que estava vigente e que não fosse realizado pagamento a empresa até que fosse esclarecido e investigado, que fatos graves

foram imputados a empresa, que venho a reforma administrativa e entenderam por bem fazer a extinção da AMTT e se manifestam contrariamente à extinção da AMTT, e que a AMTT prestava trabalho excepcional ao município e entendiam que o princípio da especialidade levando em consideração as demandas da cidade estaria sendo prejudicada por conta da ausência de uma autarquia especializada, que a autarquia esta extinta e que sabe que tem uma grande dificuldade com a cidade, não apenas com o ESTAR Digital, que o que precisa ser corrigido é o fato dessa mesma empresa vencer a licitação depois de pois aditivos e ainda sobre investigação do Ministério Público que temiam que ela pudesse participar e vencer a licitação que de fato ocorreu, que está fazendo requerimento em relação as razões que levou a outra empresa que participou do pleito a ajuizar recurso de impugnação que já foi julgado e afastado e ai o contrato foi renovado por mais 90 dias para viabilizar os prazos legais para poder firmar, que lamenta que isso possa estar acontecendo que essa empresa não tem credibilidade o suficiente do ponto de vista ético e lamenta o fato de ter sido extinta a AMTT que a cidade nunca precisou tanto de um estudo viário como está ocorrendo hoje, já com a CPS que votaram favoravelmente, que é preciso verificar como isso será para a frente, sobre a CPS o próprio STF disse que as prefeitura não devem comercializar pavimentação e através das emendas que chegaram havendo ainda o FINISA e a CPS teve muitos problemas e que a própria secretaria poderia fazer o que a CPS fazia, em relação a FUNEPO, entende que já possuem concessão pública e que se perderem esse sinal com a retirada do município do Concelho Gestor e não poderá ser resolvido futuramente, que o município fez bem em fazer sindicâncias em cada um desses órgãos e concluíram que houve indício de irregularidade e houve recomendação e agora precisam saber em relação a essas recomendações quais foram as providencias que foram tomadas, comenta sobre fazer levantamento sobre o que aconteceu nos anos que se passaram, que se engana quem acredita que eventual sujeira pode ser escondida e que hoje tem projeto de lei que trata da PROLAR, e as pessoas tem dificuldade de entender o objeto social da PROLAR que além das questões municipais trabalha com o cadastro do CADÚNICO com a CAIXA para dizer para qual família será entregue a casa popular quando tem, fato que a muitos anos não tem outro projeto do Governo Federal em andamento, a questão da PROLAR desde o governo Wosgral não houve aquisição de área nova, e hoje a PROLAR tem um capital e imóveis para comercializar, e tem percebido na cidade onde o Órgão que deveria promover a regularização fundiária do município infelizmente não ocorreu, que o programa Papel Legal é o departamento de Patrimônio que cuida e não a PROLAR comenta que ainda está analisando o projeto mas entende que não é o nome que fara a diferença e em momento oportuno ira falar mais sobre o tema.

VEREADORA MISSIONÁRIA ADRIANA (SOLIDARIEDADE): Declinou a palavra.

VEREADOR LEANDRO BIANCO (REPUBLICANOS): Declinou a palavra.

VEREADORA JOSI DO COLETIVO (PSOL): Declinou a palavra.



Câmara Municipal de Ponta Grossa

Estado do Paraná

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO **ORDEM DO DIA 25/04/2022 - SESSÃO ORDINÁRIA**

EM SEGUNDA DISCUSSÃO

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 11/2022:

Altera a Lei nº 12.223, de 29/07/2015, conforme especifica.

Votação Nominal – Aprovado – 18 Votos Favoráveis - Votos Contrários - Abstenções

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 17/2022:

Altera a lei nº 10.226, de 19/04/2010, conforme especifica.

Votação Nominal – Aprovado – 19 Votos Favoráveis - Votos Contrários - Abstenções

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 20/2022:

Altera a Lei nº 13.957, de 31/05/2021.

Votação Nominal – Aprovado – 19 Votos Favoráveis - Votos Contrários - Abstenções

DA MESA EXECUTIVA

Projeto de Lei Ordinária nº 57/2022:

Promove alterações na lei nº 8.058, de 05/02/2005, conforme especifica.

Votação Nominal – Aprovado – 19 Votos Favoráveis - Votos Contrários - Abstenções

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 75/2022:

Autoriza o Poder Executivo abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 1.741.200,00, e dá outras providências.

Votação Nominal – Aprovado – 19 Votos Favoráveis - Votos Contrários - Abstenções

EM PRIMEIRA DISCUSSÃO

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 341/2021:

Extingue a Companhia de Habitação de Ponta Grossa - PROLAR, conforme especifica.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CFOF - Favorável

COSPTTMUA - Favorável

Votação Nominal – Aprovado – 15 Votos Favoráveis - 4 Votos Contrários - Abstenções

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1, de autoria do Poder Executivo

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CFOF - Favorável

COSPTTMUA - Favorável

Votação Nominal – Aprovado – 16 Votos Favoráveis - 3 Votos Contrários - Abstenções

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2, de autoria do Poder Executivo

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CFOF - Favorável

COSPTTMUA - Favorável

Votação Nominal – Aprovado – 16 Votos Favoráveis - 3 Votos Contrários - Abstenções

DO VEREADOR GERALDO STOCCO

Projeto de Lei Ordinária nº 349/2021:

Declara a utilidade pública municipal da ASSOCIAÇÃO BRASIL SOKA GAKKAI INTERNACIONAL (SGI), com sede nesta cidade.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CECE - Favorável

Votação Nominal – Aprovado – 16 Votos Favoráveis - 2 Votos Contrários - Abstenções

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 30/2022:

Autoriza o Poder Executivo a doar o “Ginásio de Desportos Borell Du Vernay”, à Liga Desportiva de Ponta Grossa.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CFOF - Favorável

CECE -

Votação Nominal – Aprovado – 19 Votos Favoráveis - Votos Contrários - Abstenções

DO PODER EXECUTIVO

Projeto de Lei Ordinária nº 55/2022:

Autoriza o Poder Executivo abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 161.231,18, e dá outras providências.

PARECERES: CLJR - Pela admissibilidade

CFOF - Favorável

Votação Nominal – Aprovado – 19 Votos Favoráveis - Votos Contrários - Abstenções

EM DISCUSSÃO ÚNICA

MOÇÕES

Nº 171/2022 do Vereador CELSO CIESLAK
MOÇÃO DE APELO

A Senhora Prefeita Municipal Elizabeth Silveira Schmidt, para que interceda junto a Caixa econômica federal que todas as casas que foram retomadas nos diversos núcleos de Ponta Grossa, sejam devolvidas a PROLAR e redistribuídas as famílias que esperam há anos.

Nº 172/2022 da Vereadora MISSIONÁRIA ADRIANA
MOÇÃO DE APELO

À Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Ponta Grossa, para que Sua Excelência gestione junto às empresas detentoras dos contratos homologados para prestação de serviços comuns terceirizados de limpeza, conservação, higienização, asseio diário e auxiliar de cozinha com fornecimento de mão de obra a serem executados nas unidades específicas, administradas pela Secretaria de Educação - SME, para verificação fiscalização do pagamento dos proventos aos colaboradores contratados por estas empresas.

Nº 173/2022 do Vereador FELIPE PASSOS
MOÇÃO DE APLAUSO

Dirigida ao Doutor Carlos Lopatiuk pela aprovação com louvor e unanimidade de sua tese de doutorado de Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Nº 174/2022 do Vereador JULIO KULLER
MOÇÃO DE APELO

A Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Ponta Grossa, Sra. Elizabeth Silveira Schmidt, para que determine o cancelamento da venda de imóveis públicos no Plano de Metas da atual gestão municipal (PDM 2021-2024), qual cita a venda de 30 imóveis públicos até 2024, revertendo em projetos e estudos de demolição e construção de moradia populares adaptadas, de até 02 (dois) pavimentos a famílias de pessoas especiais, portadoras de deficiência visual, física, auditiva ou motora.

Nº 175/2022 do Vereador PASTOR EZEQUIEL BUENO
MOÇÃO DE APELO

À Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal de Ponta Grossa, Sra. Elizabeth Silveira Schmidt, solicitando que sejam tomadas medidas necessárias para que seja cumprida a Lei 11.502/2013 a qual estabelece que os semáforos da cidade sejam intermitentes das 24h às 05h, devido a furto de um veículo que ocorreu na madrugada de domingo após motorista ser obrigado a parar no semáforo

Nº 176/2022 do Vereador DANIEL MILLA FRACCARO
MOÇÃO DE APLAUSO

Para ser encaminhada ao Sr. Miguel Sanches Neto, Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Total de Moções Aprovadas – 6

Vereador Celso Cieslak (PRTB) - 1

Vereadora Missionária Adriana (SOLIDARIEDADE) - 1

Vereador Felipe Passos (PSDB) - 1

Vereador Julio Kuller (MDB) - 1

Vereador Pastor Ezequiel (AVANTE) - 1

Vereador Daniel Milla (PSD) - 1

INDICAÇÕES

Nº 950/2022 do Vereador DR. ERICK

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a urgente limpeza e desobstrução de boco de lobo na rua Lírio, em frente ao n° 314, Santa Terezinha.

Nº 951/2022 do Vereador DR. ERICK

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a urgente manutenção com patrolamento, cascalhamento, compactação e inclusão no plano de pavimentação asfáltica da rua Irineu Santos, Contorno.

Nº 952/2022 do Vereador DR. ERICK

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando solicitar de modo urgente, estudo para a instalação de um semáforo na rua Querência do norte com a rua Siqueira Campos, Uvaranas.

Nº 953/2022 do Vereador IZAIAS SALUSTIANO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência, que determine aos departamentos competentes da municipalidade, solicitar a manutenção da Rua: Antônio Saad na altura do número 4162, Bairro: Parque Nossa Senhora das Graças

Nº 954/2022 do Vereador IZAIAS SALUSTIANO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência, que determine aos departamentos competentes da municipalidade, fazer uma travessia elevada Rua: João Francisco Dias em frente ao número 121 - Parque Nossa Senhora das Graças

Nº 955/2022 do Vereador LEANDRO BIANCO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a contratação de médico para a Unidade Básica de Saúde (UBS) Javier Cejas Arzabe na vila Borato.

Nº 956/2022 do Vereador PAULO BALANSIN

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a CONSTRUÇÃO DE UMA LOMBADA na Av: Bispo Dom Geraldo Pellanda, próximo ao número 201, Uvaranas.

Nº 957/2022 da Vereadora JOCE CANTO

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art.107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a manutenção / instalação de tampas dos bueiros e roçagem da área pública localizada na Rua Cajarana, esquina com a Rua Baru - Contorno, próximo a Escola Municipal Ludovico Antonio Egg.

Nº 958/2022 da Vereadora JOCE CANTO

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art.107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a revitalização da área de lazer / parque localizado na Rua Baru - Contorno, próximo a Escola Municipal Ludovico Egg, que encontra-se deteriorada, todavia que o mato está alto, brinquedos sem manutenção e condições precários de uso.

Nº 959/2022 do Vereador LÉO FARMACÊUTICO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando realizar solicitação de nomeação das ruas da Vila Le Parc, Uvaranas, neste município.

Nº 960/2022 do Vereador LÉO FARMACÊUTICO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando realização de estudos de viabilidade para implantação de uma academia ao ar livre na Vila Le Parc , Uvaranas, nesta cidade.

Nº 961/2022 do Vereador LEANDRO BIANCO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a instalação de cobertura de ponto de ônibus na linha Santa Luzia /Estrela do Norte nas seguintes paradas:

Rua Antonio zampier em frente ao 232 em frente ao 82 na mesma rua, Rua João Voelhner em frente ao 241, Rua Cirino Vidal em frente ao 481, em frente ao 331, em frente ao 182 na mesma rua, rua everton luiz Goudak em frente ao numero 27, Rua Irene Maria de Souza em frente ao 75 desta cidade.

Nº 962/2022 do Vereador PAULO BALANSIN

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a CONSTRUÇÃO DE UMA LOMBADA na Rua Comendador Miró, frente ao número 106, Centro.

Nº 963/2022 do Vereador LEANDRO BIANCO

Indico à Mesa Executiva, nos termos do art. 107 do Regimento Interno, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando que os moradores do Residencial América possam estar recebendo suas correspondências.

Nº 964/2022 do Vereador PAULO BALANSIN

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art. 107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a manutenção da Rua Franco Grilo, próximo a Praça Frei Elias Zulian, Oficinas.

Nº 965/2022 do Vereador PAULO BALANSIN

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art. 107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua

Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando a manutenção da Rua João Dubois, nas proximidades da Igreja São Cristóvão.

Nº 966/2022 do Vereador PAULO BALANSIN

Indico à Mesa Executiva, conforme preceitua o art. 107 do Regimento Interno desta Câmara Municipal, após a manifestação do Soberano Plenário, seja oficiado à Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, para que Sua Excelência determine aos departamentos competentes da municipalidade, providências objetivando o recapeamento asfáltico da Rua Agente Waldemar Pimentel

Total de Indicações Aprovadas – 17

Vereador Dr. Erick (PSDB) - 3

Vereador Izaias Salustiano (PSB) - 2

Vereador Leandro Bianco (REPUBLICANOS) - 3

Vereador Paulo Balansin (PSD) - 5

Vereadora Joce Canto (PSC) - 2

Vereador Léo Farmacêutico (PV) - 2

DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO, em 20 de abril de 2022.

Ver. DANIEL MILLA FRACCARO
Presidente

Ver. Dr. ERICK
1º Secretário

PEQUENO EXPEDIENTE

NÃO HOUVE INSCRITOS.

ATA DA SESSÃO DISPONÍVEL EM:

<https://www.legislador.com.br/LegislatorWEB.ASP?WCI=ExpedienteTexto&ID=9&inExpedienteAta=2&dtReuniao=25/04/2022&tpReuniao=1&dsVerbete=>

ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E DOIS. (XVII LEGISLATURA).

Aos vinte e cinco dias mês de abril de dois mil e vinte e dois, no Plenário da Câmara Municipal de Ponta Grossa, reuniram-se os Senhores Vereadores, sob a presidência do Vereador Daniel Milla Fraccaro, secretariado pelos Vereadores Dr. Erick- Primeiro Secretário e Pastor Ezequiel Bueno - Segundo Secretário, fazendo ainda parte da Mesa os Vereadores Filipe Chociai - Vice-Presidente e José Carlos S. Raad “Dr. Zeca” - Terceiro Secretário, se fazendo presentes os Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Divo, Ede Pimentel, Felipe Passos, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. À hora regimental, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos do dia, colocando em discussão e votação a Ata da sessão anteriormente realizada, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida foi procedida a leitura, pelo Vereador Primeiro Secretário, do Expediente que se encontrava sobre a Mesa dos Trabalhos, constando do seguinte: DA SENHORA PREFEITA

MUNICIPAL - Of. Nº 561/22-GP, em atendimento a Moção de Sugestão Legislativa nº 568/21, de autoria do Vereador Geraldo Stocco. Of. Nº 562/22-GP, em atendimento a Moção de Sugestão Legislativa nº 128/22, de autoria dos Vereadores Ede Pimentel e Izaias Salustiano. Of. Nº 563/22-GP, em atendimento a Moção de Apelo nº 30/22, de autoria do Vereador Filipe Chociai. Of. Nº 564/22-GP, em atendimento a Moção de Apelo nº 42/22, de autoria do Vereador Geraldo Stocco. Of. Nº 600/22-GP, em atendimento a Moção de Apelo nº 139/22, de autoria do Vereador Leandro Bianco. Of. Nº 601/22-GP, em atendimento a Moção de Apelo nº 130/22, de autoria do Vereador Paulo Balansin. Of. Nº 602/22-GP, em atendimento a Moção de Apelo nº 126/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 629/22-GP, em atendimento a Moção de Apelo nº 23/22, de autoria da Vereadora Josi do Coletivo. Of. Nº 575/22-GP, em atendimento a Indicação nº 98/22, de autoria da Vereadora Joce Canto. Of. Nº 585/22-GP, em atendimento a Indicação nº 99/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 586/22-GP, em atendimento a Indicação nº 100/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 587/22-GP, em atendimento a Indicação nº 101/22, de autoria da Vereadora Joce Canto. Of. Nº 588/22-GP, em atendimento a Indicação nº 102/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 589/22-GP, em atendimento a Indicação nº 103/22, de autoria do Vereador Leandro Bianco. Of. Nº 590/22-GP, em atendimento a Indicação nº 104/22, de autoria da Vereadora Joce Canto. Of. Nº 591/22-GP, em atendimento a Indicação nº 105/22, de autoria da Vereadora Joce Canto. Of. Nº 604/22-GP, em atendimento a Indicação nº 106/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 606/22-GP, em atendimento a Indicação nº 107/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 607/22-GP, em atendimento a Indicação nº 108/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 615/22-GP, em atendimento a Indicação nº 109/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 616/22-GP, em atendimento a Indicação nº 110/22, de autoria do Vereador Paulo Balansin. Of. Nº 618/22-GP, em atendimento a Indicação nº 112/22, de autoria do Vereador Dr. Erick. Of. Nº 622/22-GP, em atendimento a Indicação nº 113/22, de autoria do Vereador Filipe Chociai. Of. Nº 624/22-GP, em atendimento a Indicação nº 114/22, de autoria do Vereador Léo Farmacêutico. Of. Nº 625/22-GP, em atendimento a Indicação nº 116/22, de autoria do Vereador Divo. DO VEREADOR DIVO - Moção de Apelo nº 177/22, dirigida á Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal, ELIZABETH SILVEIRA SCHMIDT, na qualidade de gestor do poder concedente, para que determine aos departamentos competentes da municipalidade, estudo objetivando no projeto de lei ADDA “ADICIONAL POR DESEMPENHO DE ATIVIDADE ADMINISTRATIVA”, na CENTRAL DE CONSULTAS, conforme se justifica. DO VEREADOR DANIEL MILLA FRACCARO - Moção de Aplauso nº 178/22, Para ser encaminhada a Ilustríssima Sra. GIORGIA BIN BOCHENEK, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG). Moção de Aplauso nº 179/22, para ser encaminhada a Ilustríssimo Sr. LEONARDO PUPPI BERNARDI, Vice-Presidente da Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa (ACIPG). Finda a leitura do Expediente. Questão de Ordem do Vereador Felipe Passos para agradecer a presença da Senhora Elizabete Matias, que completou quarenta anos de catequista, da paróquia Nossa Senhora do Monte Claro, acompanhada de Ana Juliana Rafaela Matias e Ana Rita do Rocio Matias, a qual recebeu de suas mãos homenagem em forma de moção de aplauso, ocasião em que solicitou a todos que a contemplasse com uma salva de palmas. Anunciada a COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR, se manifestaram da Tribuna: VEREADORA JOCE CANTO, para fazer alusão à AMTT e escândalo de recursos públicos, lembrando que o mesmo foi gerado por cargos comissionados indicados pela gestão anterior da qual a atual prefeita municipal fazia parte, onde muitos permanecem no governo, dizendo ainda, até porque essa administração é continuação da anterior, com a mandatária exercendo sempre posição de relevância, porém se comporta como se estivesse chegando agora. Recordou que a FUNEPO foi chefiada pela mesma ou pessoal por ela indicado nos últimos anos, onde diz terem ocorrido coisas erradas, entendendo que o mínimo teria que vir a público explicar, pois foi responsável. Rebateu quando ouve a Senhora Prefeita falar em escândalos também na CPS, lembrando que o último presidente e o anterior estão no governo da mesma exercendo cargo em comissão enquanto na referida companhia sumiram recursos da ordem de mais de três milhões de reais, ao que aponta a auditoria nº 001/19 feita pela Controladoria Geral do Município, não tendo sido divulgada pela gestora. Assim, disse que a mesma fez parte de todos os escândalos de maneira direta ou indiretamente, não aceitando que essa se coloque como justiceira. Quanto a PROLAR, comentou as irregularidades apontadas, feitas por ocupantes de cargos comissionados que desviaram dinheiro do povo carente para repassar à um tio do gestor anterior, esclarecendo ainda se constatar de cargo em comissão em um acordo de não persecução penal na presença de um juiz, promotor e outros, estando gravado e

marcado, sendo alvo de processo criminal. Disse ainda que o ex-diretor administrativo e presidente da PROLAR, dizendo ele que esteve no gabinete do então secretário de administração Maurício Silva com sua equipe e com a presença de seu filho para acertar a situação, para que não houvesse mais escândalos e novamente se deparam com essa palavra. Nesse sentido, disse que agora quer tirar dinheiro para cobrir os furos que causaram para os cofres públicos, tendo presenciado gasto elevado com publicidade e propaganda, com rapidez, para empenhar e pagar as publicidades e empresas, no sentido de haver cobertura de proteção ao governo e suas ações nebulosas, não podendo ver essa mesma rapidez quanto ao atendimento das crianças que perecem na UPA SANTA PAULA, novamente a celeridade está direcionada aos interesses do governo. Relatou que no final de semana saiu pipocando publicidades em rede de televisão. Não teve a mesma celeridade para abrir o PAI no HUMAI, conforme se manifestou a Senhora Prefeita. Concluiu que esta Casa de Leis, junto com o Ministério Público tem o dever de convocar a prefeita acerca dessas peças publicitárias e seus respectivos conteúdos que falam em corrupção. Pediu assinatura dos demais pares em documento que estará protocolando, solicitando a abertura da CPI DA CPS, baseada na peça publicitária da Prefeitura Municipal, para investigar todas essas corrupções apontadas na auditoria da prefeitura e que não foi divulgada pela gestora. Josi do Coletivo ressaltou em aparte a questão da CIDATEC, dizendo ser realmente um escárnio o contrato, vencido depois de resultado tão robusto por parte da CPI que foi relatora enquanto mandato coletivo, da qual concluiu que não fosse levado adiante, agora se confrontando com a referida empresa em nova licitação. Joce Canto falou ainda haver necessidade de se abrir mais duas CPIs na Casa, da PROLAR e da CPS, ainda conforme auditoria feita pela Controladoria Geral do Município, indagando onde está o valor de três milhões de reais. VEREADOR LÉO FARMACÊUTICO, Para fazer comentários a assuntos que tem procurado vários dias atrás, precisando tomar decisão mais adequada e resolver os problemas dos munícipes de Ponta Grossa, por serem representantes do povo. Irá realizar Moção de Apelo sobre os assuntos referentes aos postos de saúde, dizendo que os farmacêuticos permanecem em plantão no máximo até as quinze horas, havendo necessidade aos que procuram em busca de medicamentos após esse horário, não conseguindo receita, havendo muita reclamação a esse respeito, onde deseja conversar com o Secretário de Saúde, objetivando estender esse horário. Também destacou a dificuldade dos munícipes ao obter a receita de medicamentos controlados, vendo no final de semana pronunciamento do secretário quanto à falta desses nos postos de saúde, dizendo ser falta dos laboratórios e indústrias, pós/pandemia, considerando normal passar por esse processo, no entanto tem que cobrar para que a população não sofra quando procuram. Outro assunto, para informar que esteve visitando munícipes da região de Itaiacoca, percebendo o estado lastimável das vias, apresentando máquinas e caminhões quebrados, assim conversando com o Secretário Bruno e diante da burocracia para a solução desses problemas, precisa encontrar solução imediata. Também em visita no Mato Queimado, recebeu reclamação a respeito do ônibus que não chega até aquela região, estando providenciando para sanar essa dificuldade. Em aparte o Vereador Celso Cieslak colaborou quanto às receitas médicas, dizendo que não são distribuídas em função da ausência de médicos nos postos de saúde, por ganharem pouco em relação à iniciativa privada. Quanto à questão das ruas do interior, entende que deva existir patrôla, caminhão e retro-escavadeira para ficar à disposição desses locais distantes, como Itaiacoca, Guaragi, Uvaia, Kalinoski, entendendo ser simples e fácil, estando na hora de descentralizar esses trabalhos. VEREADOR PASTOR EZEQUIEL BUENO, para falar a respeito da assinatura, nessa manhã de segunda-feira, do contrato com o Município e Consórcio Rack para obras e ampliação do Aeroporto Santana no valor de 33,87 milhões de reais, integrando investimento da viação regional, conforme termo de compromisso firmado com o Governo Federal, por intermédio do Ministério de Infra estrutura, parabenizando a todos os envolvidos nesse projeto, dizendo ser avanço para a cidade, considerando a vinda de novas empresas. Em especial cumprimentou a Senhora Prefeita Municipal e Deputado Federal Sandro Alex, dizendo que trouxe uma das maiores emendas para a cidade, com o referido investimento. Chamou atenção, conclamando a imprensa para ajudar a respeito dos trotes que pessoas mal intencionadas estão passando para a Polícia Militar, dizendo ser simultâneos em várias regiões da cidade e com pouco efetivo e muito trabalho, tendo pessoas gente brincando com a estrutura, notificando falsas informações sobre crimes, esclarecendo assim que isso é crime. Esclareceu ainda, que quanto recebem chamados envolvendo arma de fogo, serão deslocadas diversas viaturas, às vezes percorrendo longas distâncias, estando prestando ocorrências do outro lado da cidade, e chegando se percebe ser alarme falso, correndo o risco de cidadãos perderem a vida em razão dessa atitude. Comentou sobre o Terceiro Sargento do Destacamento de

Carambeí, do 1º BPM, Robson Miguel Souza de Lima, vítima de acidente envolvendo dois caminhões na noite de segunda-feira, entre os viadutos Santa Paula e Santa Terezinha, deixando registrados seus sentimentos a toda a família. Também fez alusões ao fato ocorrido na cidade de Guarapuava, onde seu irmão de farda, Cabo Ricielli que estava na viatura e foi alvejado por criminosos na tentativa do mega assalto ocorrido naquela cidade, deixando sua vida, após trinta anos de serviços prestados, protegendo a população, o qual fazia parte do Pelotão de Choque do Décimo Sexto Batalhão de Polícia Militar. Nesse sábado foi noticiado que teve morte cerebral. Nesse sentido lamentou, dando os pêsames às famílias enlutadas, amigos e toda comunidade militar, solicitando ainda a todos que fizessem um minuto de silêncio em homenagem póstuma ao Terceiro Sargento Robson Miguel Souza de Lima e ao Cabo Ricielli. VEREADOR GERALDO STOCCO, comentando a respeito do projeto de lei que propõe a extinção da PROLAR, constante da Ordem do Dia, sob nº 341/21, destacando que moradia é direito fundamental a todas as pessoas e hoje milhares de munícipes na cidade vivem em situações de risco e precárias, relatando caso especial quando visitou a APACD e conheceu família onde existe criança especial que precisa de sonda e reside em uma pequena habitação de chão batido, estando na fila a treze anos, perguntando onde estão todos os investimentos, dizendo que a prefeitura não investe em moradias, mesmo existindo recursos para tal e não sabe se extinguir a companhia dessa maneira é a solução correta. Ressaltou existirem episódios lamentáveis envolvendo a PROLAR, com intervenção do GAECO na cidade, e mais uma vez talvez se deseje abafar, apagar, queimar arquivos, acreditando que a extinção não seria a solução. Ressaltou que vieram tentar explicar inúmeros motivos para extingui-la, mas investir em moradias, olhar para quem mais precisa, nada disso foi feito. Recebeu diversos documentos, elaborou mais requerimentos, estando aguardando respostas, sendo motivo pelo qual não votará favoravelmente ao referido projeto, tendo informações que nos últimos vinte anos não foram gastos os trinta e cinco milhões que a prefeitura fala, o Ministério Público está investigado isso também, não estando assim confortável a votar a extinção hoje. Outro assunto, para comentar a respeito da questão da CIDATEC e do Estar Digital na cidade, dizendo ser totalmente favorável à transição, dos bloquinhos, dos aplicativos, porém a maneira que fizeram o processo envolvendo uma empresa que está inserida em processo judicial, com sócios envolvidos em escândalos, tendo vereador que foi preso, com outro quase cassado nesta Casa e a prefeitura hoje renova contrato com a mesma empresa. Lembrou haver alertado no passado, porém renovaram com empresa causadora de rombos dos cofres públicos. Disse existir infinitas startups capacitados na cidade para fazer aplicativo às vezes mais eficiente e tão bons quanto, porém não envolvendo falcaturas as quais aconteceram, citando nesse sentido UEPG, UNICESUMAR, UTF, CECAL, FACULDADE SANT'ANA, INÚMERAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, com acadêmicos extremamente capacitados, o INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ que atua na região, que ganharam diversos prêmios no Brasil no setor de programação, porém não são os amigos da prefeitura, ou próximos do ex-prefeito Marcelo Rangel e da Prefeita Elizabeth, aí as coisas não acontecem. Pra que fazer com a mesma empresa envolvida em escândalo à um ano? Precisam fiscalizar, isso envolve o transporte coletivo. Celso Cieslak em aparte comentou que os novos condomínios que estão sendo construídos em Ponta Grossa já estão habilitados pelo Programa Minha Casa Minha Vida com o mesmo valor que os contemplados iriam pagar em casa da PROLAR, entendendo não haver mais essa importância. Lembrou também que a CIDATEC ganhou licitação e não assinou contrato, da qual iniciou na época, onde não seguiram o que estava na mesma, entendendo que deveria ser extinta, porque era para colocar quatro carros, motoristas, manutenção e combustível por conta da empresa e na última hora, antes de sair o pregão, foram retiradas essas cláusulas ficando tudo por conta da prefeitura, não recebendo resposta plausível ao haver questionado ao Secretário de Finanças Claudio Grocovski. Geraldo finalizou dizendo da necessidade de existir mecanismos para que o contrato com a CIDATEC não venha a acontecer, onde estará conversando com o Departamento Jurídico e outros vereadores que desejam o auxiliar nessa questão. VEREADOR IZAIAS SALUSTIANO, saudou a presença de Oscar Pereira nesta Casa. Comentou, lembrando situações que já vivenciaram a partir do meio do ano de 2021, onde ocorreu uma CPI, da qual presidiu, tendo chegado a um relatório final conclusivo, tendo investigado não somente o contrato da CIDATEC e do Grupo DF system com a extinta AMTT, mas também com alguns procedimentos licitatórios e dispensa de licitação da própria PROLAR. Teve ao longo do trabalho algumas recomendações feitas ao Executivo, entre elas para que rescindisse o contrato que estava vigente e também para que não fosse realizado nenhum pagamento à empresa em questão até que os fatos fossem esclarecidos e investigados, diante dos episódios graves imputados à mesma. Porém, destacou que veio a reforma

administrativa para esta Casa, onde entendeu por bem o Executivo em fazer a extinção da AMTT, tendo se manifestado contrariamente, por entender que a mesma prestava ao longo de três décadas trabalho excepcional para o Município, onde entendia na oportunidade que o princípio da especialidade, levando em consideração as demandas que tinham na cidade, com a questão da engenharia de tráfego, os gargalos, a falta de sinalização viária vertical, horizontal estaria sendo prejudicada por conta da ausência autarquia especializada, no entanto foi voto vencido. Entende que precisa ser corrigido, o fato da mesma empresa ter vencido a licitação após haverem se realizados dois aditivos, ainda sob investigação do Ministério Público em andamento. Está aguardando resposta de requerimento no qual solicita informações das razões que levaram a outra empresa que participou do pleito a ajuizar recurso de impugnação, parecendo que já foi julgada inclusive e conseqüentemente afastada, culminando com a renovação do contrato em questão. Nesse sentido, lamentou o fato disso estar acontecendo. Com a CPS acabou votando favoravelmente, entendendo que o próprio STF disse que as prefeituras não devem comercializar pavimentação, existindo orientação nesse sentido. Vê que através das emendas direcionadas pelos deputados representantes da cidade, havendo ainda o FINISA 1, 2, 3 com mais de cem milhões de reais contratados para esse fim, sabendo que a companhia tinha muitos problemas, a própria Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos pode realizar os trabalhos que então realizava. Em relação à FUNEPO vê diferente, dizendo existir sinal que é a concessão pública e se for perdida essa possibilidade, com a retirada do Município do conselho gestor da mesma, sendo situação que o outro prefeito não poderá resolver, existindo preocupação nesse sentido. Lembrou que quando a prefeitura solicitou a realização de várias sindicâncias em cada um desses órgãos pela Controladoria Interna, a conclusão foi de que havia indícios de irregularidades, tendo sido recomendado, precisando saber assim quais as providências que foram tomadas, ressaltando que nada obsta o fato de fazerem levantamento àquilo que aconteceu nas mesmas nos últimos anos de governo, sendo um fato. Hoje tem projeto de lei que trata da PROLAR, igualmente pessoas têm dificuldade em entender qual é o objeto social dessa companhia, a qual, além das questões municipais, trabalha com o CADÚNICO com a CAIXA para saber a qual família será entregue a casa popular quando tem, porém não existe a anos projeto do governo federal em andamento nesse sentido. Desde o governo Wosgrau nenhuma área foi adquirida para fins de urbanização, hoje tendo capital e alguns imóveis para comercializar, percebendo existir situação onde o órgão que deveria promover a regularização fundiária no Município, ao longo desses anos não ocorreu. O Programa Papel Legal do ex-Prefeito Wosgrau, é o departamento de patrimônio que cuida, não sendo a PROLAR. Assim, disse que ainda está analisando o projeto em questão, onde falará no momento oportuno de sua discussão. Concluída a Comunicação Parlamentar, deu-se início à apreciação da ORDEM DO DIA - EM SEGUNDA DISCUSSÃO - PROJETO DE LEI Nº 11/22 (Poder Executivo), altera a Lei nº 12.223, de 29/07/2015, conforme especifica: APROVADO. PROJETO DE LEI Nº 17/22 (Poder Executivo), altera a Lei nº 10.226, de 19/04/2010, conforme especifica: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. PROJETO DE LEI Nº 20/22 (Poder Executivo), altera a Lei nº 13.957, de 31/05/2021: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. PROJETO DE LEI Nº 57/22 (Mesa Executiva), promove alterações na Lei nº 8.058, de 05/02/2005, conforme especifica: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. PROJETO DE LEI Nº 75/22 (Poder Executivo), autoriza o Poder Executivo abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 1.741.200,00, e dá outras providências: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaias Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. EM PRIMEIRA DISCUSSÃO - PROJETO DE LEI Nº 341/21 (Poder Executivo), extingue a Companhia de Habitação de Ponta Grossa -

PROLAR, conforme especifica: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Izaías Salustiano, Jairton da Farmácia, Dr. Zeca, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Votaram contrariamente os Vereadores Ede Pimentel, Geraldo Stocco, Joce Canto e Josi do Coletivo. EMENDA MODIFICATIVA Nº 1: APROVADA, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Izaías Salustiano, Jairton da Farmácia, Dr. Zeca, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Votaram contrariamente os Vereadores Geraldo Stocco, Joce Canto e Josi do Coletivo. EMENDA MODIFICATIVA Nº 2: APROVADA, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Izaías Salustiano, Jairton da Farmácia, Dr. Zeca, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Votaram contrariamente os Vereadores Geraldo Stocco, Joce Canto e Josi do Coletivo. PROJETO DE LEI Nº 349/21 (Vereador Geraldo Stocco), declara a utilidade pública municipal da ASSOCIAÇÃO BRASIL SOKA GAKKAI INTERNACIONAL (SGI), com sede nesta cidade: APROVADO, ficando registrados os votos contrários dos Vereadores Felipe Passos e Leandro Bianco. PROJETO DE LEI Nº 30/22 (Poder Executivo), autoriza o Poder Executivo a doar o “Ginásio de Desportos Borell Du Vernay”, à Liga Desportiva de Ponta Grossa: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaías Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. PROJETO DE LEI Nº 55/22 (Poder Executivo), autoriza o Poder Executivo abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 161.231,18, e dá outras providências: APROVADO, com votos favoráveis dos Vereadores Missionária Adriana, Celso Cieslak, Daniel Milla Fraccaro, Divo, Ede Pimentel, Dr. Erick, Pastor Ezequiel Bueno, Felipe Passos, Filipe Chociai, Geraldo Stocco, Izaías Salustiano, Jairton da Farmácia, Joce Canto, Dr. Zeca, Josi do Coletivo, Julio Küller, Leandro Bianco, Léo Farmacêutico e Paulo Balansin. Foi colocada em votação, tendo sido aprovada a solicitação verbal do Vereador Ede Pimentel, ficando o mesmo autorizado a se ausentar da presente sessão por motivo de saúde. EM DISCUSSÃO ÚNICA - Foram APROVADAS: Moções nºs 171/22, do Vereador Celso Cieslak; 172/22, da Vereadora Missionária Adriana; 173/22, do Vereador Felipe Passos; 174/22, do Vereador Julio Küller; 175/22, do Vereador Pastor Ezequiel Bueno; 176/22, do Vereador Daniel Milla Fraccaro e INDICAÇÕES NºS 950, 951, 952/22, DO Vereador Dr. Erick; 953, 954/22, do Vereador Izaías Salustiano; 955, 961, 963/22, do Vereador Leandro Bianco; 956, 962, 964, 965, 966/22, do Vereador Paulo Balansin; 957, 958/22, da Vereadora Joce Canto; 959, 960/22, do Vereador Léo Farmacêutico. Fica registrada a ausência justificada da votação do Vereador Ede Pimentel. Manifestaram-se em questão de ordem os Vereadores Felipe Passos, para cobrar do Senhor Presidente a possibilidade da inclusão do Projeto de Lei nº 80/21 na Ordem do Dia e Missionária Adriana, cobrando a inclusão dos Projetos de Lei nºs 54 e 80/22. Concluída a votação da Ordem do Dia e não havendo vereadores inscritos para o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente encerrou a presente sessão, convocando outra para o dia vinte e sete do mês em curso, quarta-feira, no horário regimental, informando que a Ordem do Dia estará à disposição via rede de computadores. Eu, Vereador Dr. Erick, Primeiro Secretário, supervisionei a redação da presente Ata a qual segue assinada por mim, pelo Senhor Presidente e demais vereadores presentes. Sala das Sessões, em vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e dois.

SECRETÁRIO _____ PRESIDENTE

**SETOR LEGISLATIVO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL – CAMPOS GERAIS -
PARANÁ, em 02 de maio de 2022.**

Altanir Schebeliski Virissimo de Oliveira

Estagiário do Setor Legislativo